

Multifuncionalidade dos espaços rurais – os pontos de vista de um grupo de “urbanos ex-rurais”, em Trás-os-Montes^(*)

Sílvia Nobre¹

Espaços rurais, agricultura e êxodo rural

Ao longo do tempo o espaço rural sofreu grandes transformações a nível da sua ocupação, em particular relativamente às actividades humanas aí desenvolvidas.

Na primeira metade do século XX o espaço rural português foi amplamente dominado pela actividade agrícola. Nos anos 50 a agricultura era ainda uma actividade com peso na produção nacional, gerando cerca de um terço do PIB e ocupando mais de 40% da população portuguesa (Rolo, 1996).

A precariedade dos rendimentos da actividade agrícola tornou insustentável a permanência nesta actividade, levando a população a partir em busca de novos modos de vida. Os campos despovoaram-se e a população na agricultura reduziu-se significativamente – nos anos 90 era apenas 10% da população activa – e simultaneamente a produção agrícola perdeu peso na economia nacional contribuindo a essa data, apenas em 5% para PIB (Rolo, 1996).

O despovoamento das zonas rurais, foi também acompanhado por um envelhecimento da sua população. De facto, a actividade agrícola tem vindo a reduzir-se, e é simultaneamente uma actividade de indivíduos progressivamente mais velhos. As zonas mais deprimidas, as zonas de interior – e em particular Trás-os-Montes, região

(*) Comunicação apresentada ao IV Coloquio Hispano-Portugués de Estudios Rurales “*La Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Península Ibérica*”, Santiago de Compostela, 7-8 de Junio de 2001

¹ Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, Escola Superior Agrária de Bragança, Apartado 172, 5301-855 Bragança, Portugal. Telf.: 273 303 307, e-mail: silvian@ipb.pt

sobre a qual incidirá esta comunicação – estão sem dúvida entre aquelas onde estas características são mais marcantes (Fragata e Portela, 2000).

Diferentes visões acerca dos espaços rurais

Em contraponto a esta desertificação do espaço rural, expressão sem dúvida das dificuldades sentidas pelos que aí vivem e trabalham, nos meios urbanos – em que se consolida o discurso (da preservação) ambiental – os espaços (rurais), representam um ideal ambiental a conservar. Num estudo recentemente publicado sobre a relação dos portugueses com o ambiente, um vasto inquérito à população apontou claramente que indivíduos, sobretudo dos grandes centros urbanos, consideravam o expoente máximo da preservação ambiental – e conseqüentemente conotavam de ambiente particularmente saudável e não poluído – o espaço que genericamente designavam por campo (Almeida, 2000).

Também num trabalho acerca do Parque Natural de Montesinho E. Figueiredo apresenta marcadamente dissociadas a visão dos residentes relativamente ao espaço que ocupam, e dos urbanos, exteriores, que o visitam. A dos primeiros é próxima e utilitária, sendo os recursos naturais apercebidos numa perspectiva da sua utilização. A dos segundos é, pelo contrário, idealizada e conservacionista. Traçaram-se também os perfis dos dois grupos, e foram tipificadas as relações e os discursos de uns e de outros face às políticas de orientação e de preservação ambiental já implementadas, ou a promover, nesta área protegida, referindo-se uma separação clara de opiniões e as atitudes (Figueiredo, 2000).

Temos assim uma dicotomia de atitudes e de percepções/interacções com os espaços rurais. Por um lado, a dos residentes que no quotidiano nele têm ainda a base das suas actividades e, como tal, tentam adaptá-lo às correspondentes exigências

produtivas; por outro, o ponto de vista dos urbanos, expresso no inquérito já referido, e que revela “(...) o sentimento generalizado de que a qualidade de vida, a qualificação ambiental, se encontram apenas no campo, ligadas aos antigos modelos rurais. Vive-se na cidade, sonha-se com o campo.” (Almeida, 2000).

O discurso – e depois a prática – de revitalização das zonas rurais, pela dinamização e apoio a actividades que aí possam complementar e ou substituir a actividade agrícola, não pode alhear-se desta polarização de pontos de vista e de sensibilidades. Deve, pelo contrário, procurar nesta dicotomia de atitudes e de formas de sentir, novos modos de estruturar a multifuncionalidade dos espaços rurais.

Partindo desta polarização de atitudes e interesses, neste trabalho tentaremos compreender qual a posição de um grupo particular de pessoas face a este espaço, e qual o seu envolvimento nas actividades agrícolas aí desenvolvidas, bem como quais os seus interesses patrimoniais aí sediados. Analisaremos, assim, um grupo de indivíduos que vivem numa pequena cidade em meio rural. Constituem a população estudada os funcionários de uma instituição pública da cidade de Bragança (Instituto Politécnico de Bragança), na sua maioria de origem rural e tendo por isso um passado com ligação à agricultura.

O objectivo será então o de perceber qual é (caso se verifique) a sua ligação a um espaço que aprenderam a usar no passado, mas que não é hoje a base da sua profissão, e por outro lado, averiguar as possíveis intenções face ao património rural que possuem. Deste modo, tentaremos perceber o que pensam e como agem indivíduos que vivem em meio urbano onde exercem as suas profissões, mas que têm relativamente ao meio rural a posição particular de aí terem vivido.

Quem são os Funcionários do IPB?

Perfazendo um total de 56 indivíduos, em proporção equilibrada de homens e mulheres, podemos constatar que 60% têm menos de 45 anos, predominando a classe etária dos 36-45, como pode ver-se na Fig. 1. No que diz respeito à escolaridade deste grupo pode observar-se (Fig. 2) que cerca de metade completaram o curso complementar do liceu e 36% têm formação superior. Trata-se portanto de uma população maioritariamente jovem e que estudou além dos graus correspondentes ao ensino obrigatório.

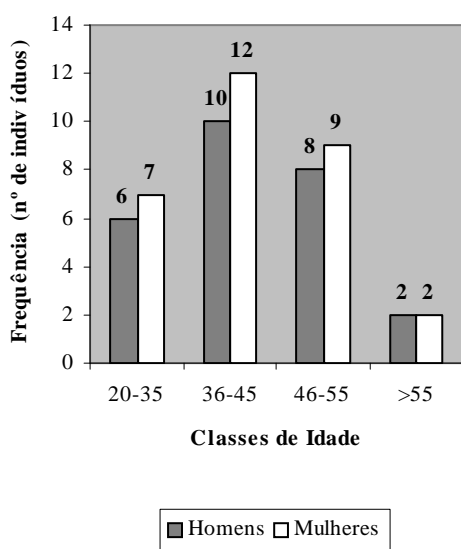


Figura 1 - Distribuição dos inquiridos por sexo e classes de idade (Totais de Homens e Mulheres, respectivamente, 26 e 30).

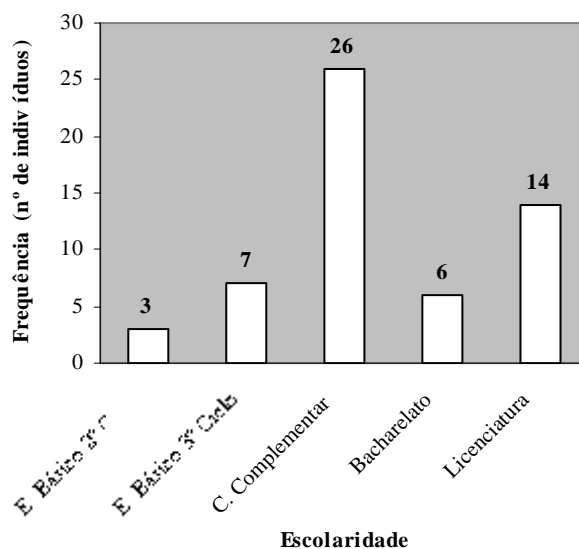


Figura 2 - Nível de escolaridade: distribuição de frequências na população inquirida. Nota: A classe “Licenciatura” inclui também graus superiores.

A hipótese de partida – a da origem rural da população a estudar – desde logo se confirmou. Cerca de 60% dos inquiridos nasceram em aldeias (maioritariamente do Distrito de Bragança e em alguns casos do Distrito de Vila Real) e pouco menos de um

terço nasceram na cidade de Bragança. Esta divisão mantêm-se quando analisamos o local onde passaram a infância (Fig. 3).

Acrescente-se que tendo maioritariamente nascido em meio rural e aí passado a sua infância, conheceram de perto a agricultura e, não raro, esta ligação prolongou-se pela adolescência, repartida entre deslocações por vezes para trabalhar numa cidade ou vila próxima, mas também com o objectivo de continuar a estudar. Nesta fase, os períodos de regresso ao meio rural (as férias e os fins-de-semana), eram também marcados pelo retomar do trabalho agrícola, cuja penosidade não deixava esquecer o propósito de um emprego melhor na cidade.

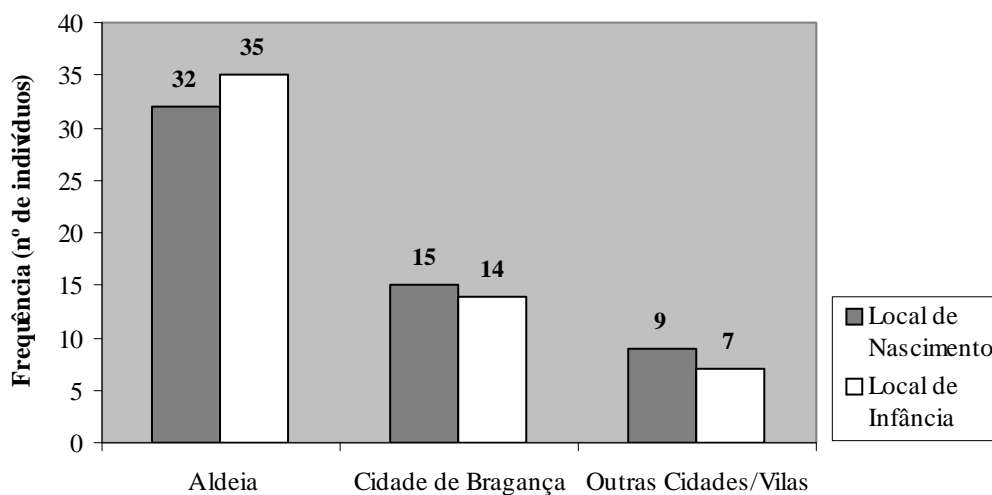


Figura 3 -Local de nascimento e de infância: distribuição de frequências na população inquirida.

Relativamente aos indivíduos que nasceram e/ou passaram a infância na cidade de Bragança é importante esclarecer que tal facto por si só, não lhes confere uma formação e/ou um estatuto urbano. De facto, há 40 anos Bragança era uma cidade ainda de matiz marcadamente rural e mesmo agrícola. É aliás ainda hoje possível identificar

com rigor inúmeras quintas que a compunham – hoje muitas delas já completamente engolidas pela trama urbana, dão ainda o nome a diversos locais. A propósito desta forte ligação entre o rural e o urbano, ainda recente nesta região, escreveu Orlando Ribeiro “Em Trás-os-Montes, terra de pequenas e poucas cidades, estas estão enlaçadas no seu quadro campesino. (...) O fenómeno urbano se às vezes parece independente e autónomo, outras muitas só se compreende enlaçado no quadro natural e rural captando embora influências e relações distantes que a cidade tem o privilégio de receber e difundir”.

No grupo de inquiridos cerca de metade são filhos de agricultores e em mais de um terço dos casos a profissão do pai é exercida no Estado ou em Empresas públicas (agentes da PSP ou da GNR são frequentes e professores do Ensino Básico também – grupo aliás bem presente nas ocupações das mães). Relativamente a estas, é maior a proporção das que trabalham na agricultura, sendo o grupo das domésticas também bastante importante (Fig. 4). Note-se que, metodologicamente, foram considerados agricultores/agricultoras todos os casos em que é exercida outra profissão conjugada com actividade na agricultura, e isto independentemente da maior ou menor importância das ocupações em causa quer do ponto de vista dos rendimentos gerados, quer da ocupação em termos de tempo de trabalho. De facto, o que nos interessou aqui apurar foi a existência ou não de uma ligação próxima à agricultura.

Na população considerada, 85% dos indivíduos são casados pelo que uma apreciação a nível dos locais de origem e infância, bem como das profissões dos pais, dos cônjuges, se nos revela também importante para avaliar da ligação ao meio rural não de cada indivíduo, mas de um todo que constitui o seu agregado. Assim, pode-se constatar que as tendências já explanadas quer relativamente às origens, quer às profissões dos ascendentes, se repetem relativamente aos cônjuges, com uma

predominância das origens rurais bem como da profissão de agricultores dos seus progenitores.

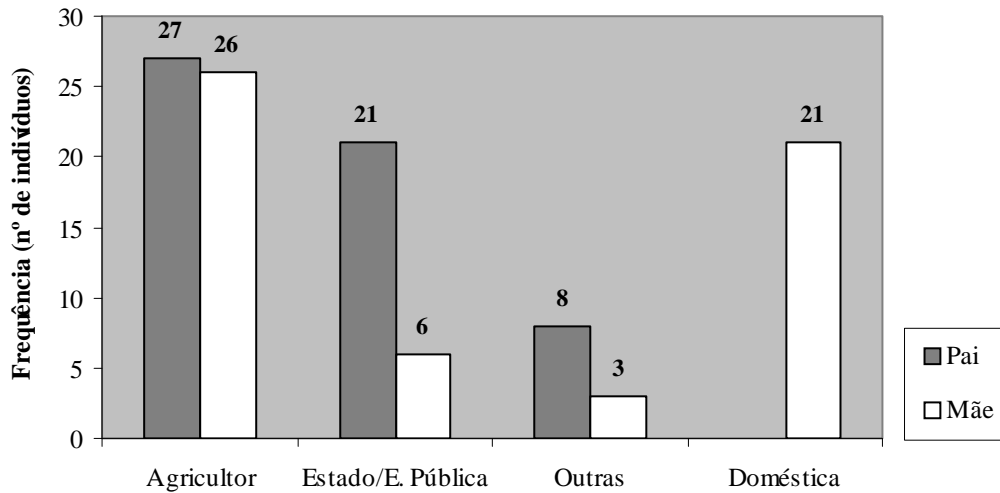


Figura 4 - Profissão dos pais: distribuição de frequências na população inquirida.

Que património detêm estes indivíduos em meio rural ?

A avaliação dos laços patrimoniais foi feita da forma mais lata, isto é considerando não apenas as terras e construções (casas e outras) que são já legalmente propriedade quer dos indivíduos inquiridos, quer dos cônjuges, mas também a propriedade de familiares próximos (pais sobretudo, por vezes tios), ou quando as partilhas entre os vários irmãos ainda não se fizeram.

Na totalidade dos inquiridos e seus cônjuges, apenas 12,5% não possuem (nem esperam vir a possuir por herança) qualquer tipo de património em meio rural (Fig. 5). Os que não possuem actualmente qualquer património em meio rural incluem indivíduos que não nasceram nem cresceram no campo, portanto sem ligações a esse meio, e pessoas que tendo tido património, dele se desfizeram (eles próprios ou os seus

pais). No entanto, uma expressiva maioria (87%) destas pessoas que vivem e trabalham na cidade tem ainda património rural numa localidade, em duas, e em alguns (poucos) casos mesmo em três localidades diferentes (Fig. 5).

Uma das materializações importantes deste património é a propriedade de casa . Contabilizando novamente a totalidade das situações individuais e dos casais, verifica-se que mais de 80% dos inquiridos têm casas (suas ou de familiares muito chegados) e destas, mais de 70% estão ainda habitadas (Fig. 6). Convém aqui notar que os valores apresentados dizem respeito a casas habitáveis, mas incluem uma multiplicidade de situações, desde casas antigas que sofreram sucessivas reconversões ou acrescentos, a casas com cerca de 20 anos e por isso de construção muito mais recente, até grandes casas em parte abandonadas, mas mantendo um núcleo habitável, para referirmos apenas as situações mais frequentes.

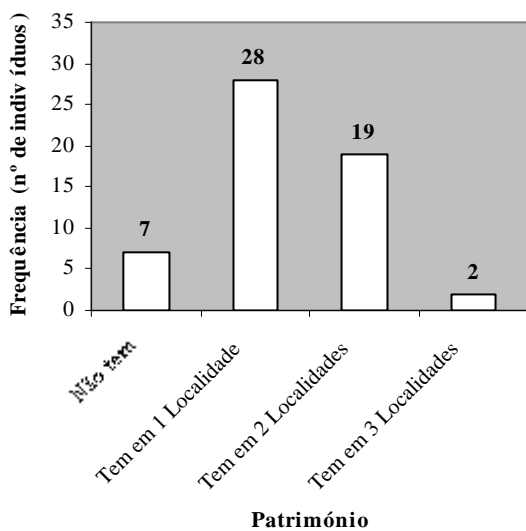


Figura 5 - Património em meio rural: distribuição de frequências na população inquirida.

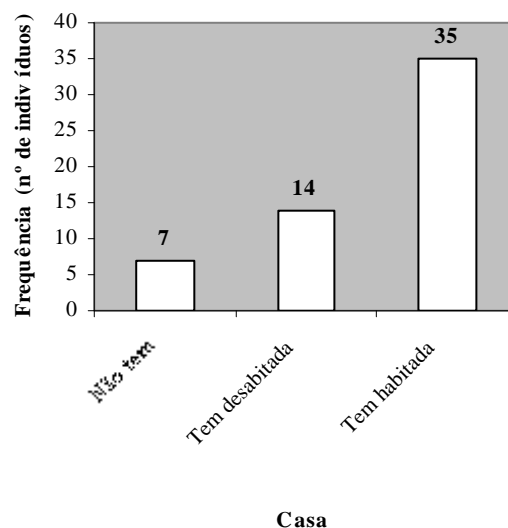


Figura 6 - Casa em meio rural: distribuição de frequências na população inquirida.

As casas habitadas correspondem em regra a situações em que apenas os pais (ou sogros) aí residem, nalguns casos com um ou outro filho. Podem também corresponder a situações em que o inquirido (e família), estando a trabalhar em Bragança, regressa quotidianamente ao meio rural onde reside. Estes casos, aliás pouco frequentes, verificaram-se apenas em aldeias distando menos de 10-12Km da cidade de Bragança.

Actualmente que ligação têm ao meio rural?

A ligação actual ao espaço rural começa por ser avaliada em termos das deslocações e estadias destes indivíduos às localidades rurais de onde são originários. Podemos observar que são poucos (menos de 10%) os que fazem estas visitas esporadicamente, a significar de uma a quatro vezes por ano (Fig. 7). No que diz respeito àqueles que mantêm com o meio rural uma relação mais regular, são mais frequentes as deslocações semanais e quinzenais, tanto no Inverno como no Verão (Fig. 8). Por outro lado há uma grande incidência de visitas nas festas (Natal, Páscoa e festividades locais) e em épocas coincidentes com determinadas tarefas agrícolas. De facto 68% dos inquiridos fazem-no relativamente a uma ou várias actividades e culturas. Na Fig. 9 mostra-se que entre as actividades mais concorridas em termos da prestação de trabalho estão a batata e a vinha logo seguidas da castanha e do olival e sob a designação de outras aparece com bastante expressão a recolha de lenhas. É assim de notar que este conjunto de indivíduos que residem na cidade e aí trabalham, mantêm uma relação muito assídua, em termos de deslocações e permanência com as aldeias onde têm património e por vezes familiares. Por outro lado participam nos trabalhos agrícolas e não raro fazem coincidir as férias com determinadas actividades particularmente requerentes em mão-de-obra – a apanha da castanha e da azeitona são

disso exemplo. Outras vezes a agenda das actividades agrícolas faz-se de forma a que coincida com um fim-de-semana de modo a que se possa contar com a participação desses familiares que durante a semana estão ocupados a trabalhar na cidade.

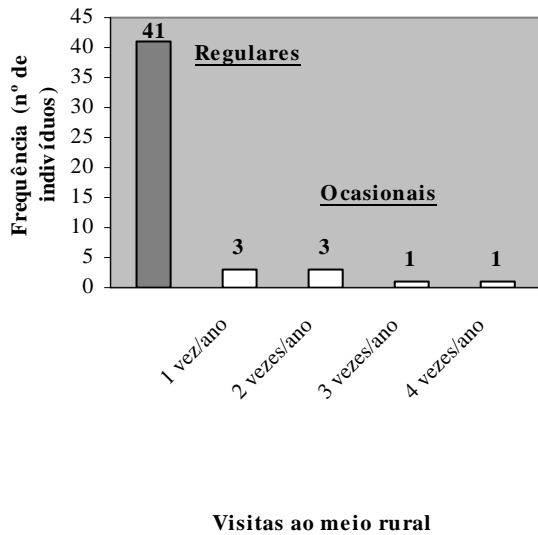


Figura 7 - Visitas ao meio rural: distribuição de frequências na população inquirida.

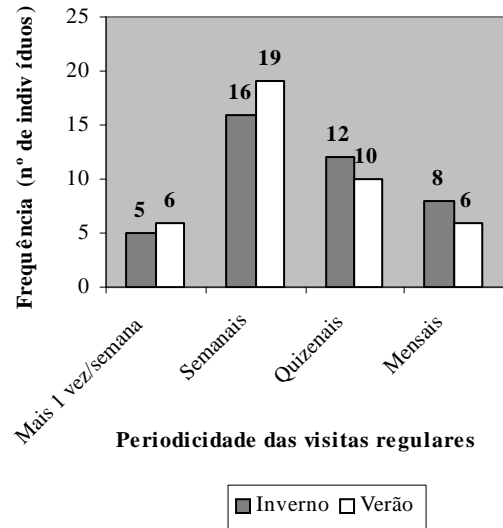


Figura 8 - Visitas regulares ao meio rural: distribuição de frequências na população inquirida.

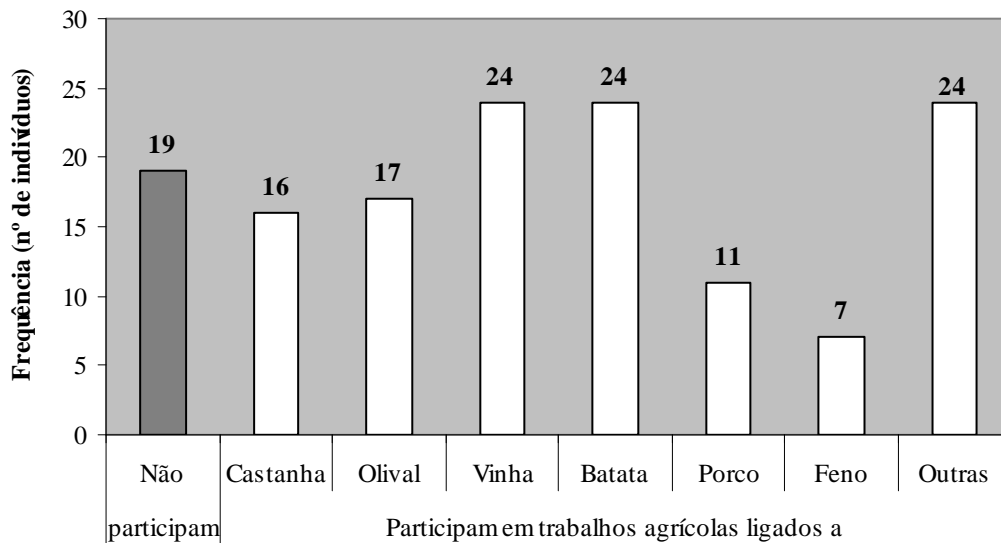


Figura 9 - Participação nos trabalhos agrícolas: distribuição de frequências na população inquirida. Nota: Classes não exclusivas.

Apuraram-se também contributos reveladores de envolvimento na actividade agrícola que não os da prestação de trabalho (Fig. 10). Para aqueles que gerem directamente o seu património em meio rural têm expressão as participações em factores de produção (37%) e dinheiro, sobretudo para o pagamento de jornas agrícolas (39%). Assinale-se todavia que um grupo importante de indivíduos não prestam qualquer das contribuições explicitadas na figura (57%). Neste, incluem-se quer os que não detêm património, quer aqueles em que as despesas das actividades agrícolas estão ainda inteiramente a cargo dos familiares residentes em meio rural.

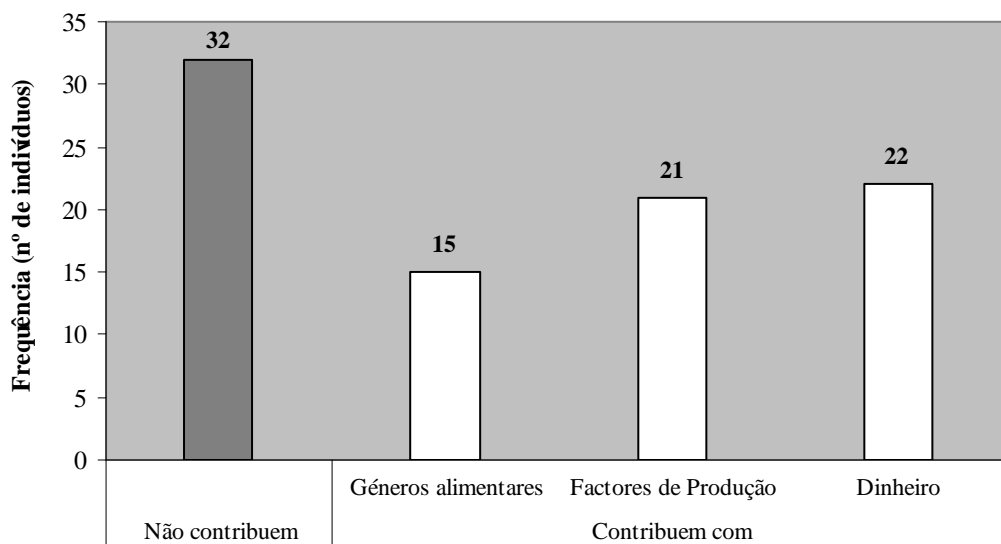


Figura 10 - Contribuições em géneros/dinheiro na actividade agrícola: distribuição de frequências na população inquirida. Nota: Classes não exclusivas.

Reciprocamente, e até de uma forma mais expressiva, estes residentes urbanos trazem do espaço rural com que se relacionam, produtos agrícolas para consumo (Fig. 11). Hortícolas e batata, fruta e animais de capoeira, são os produtos mais frequentemente consumidos, seguidos da castanha e do azeite.

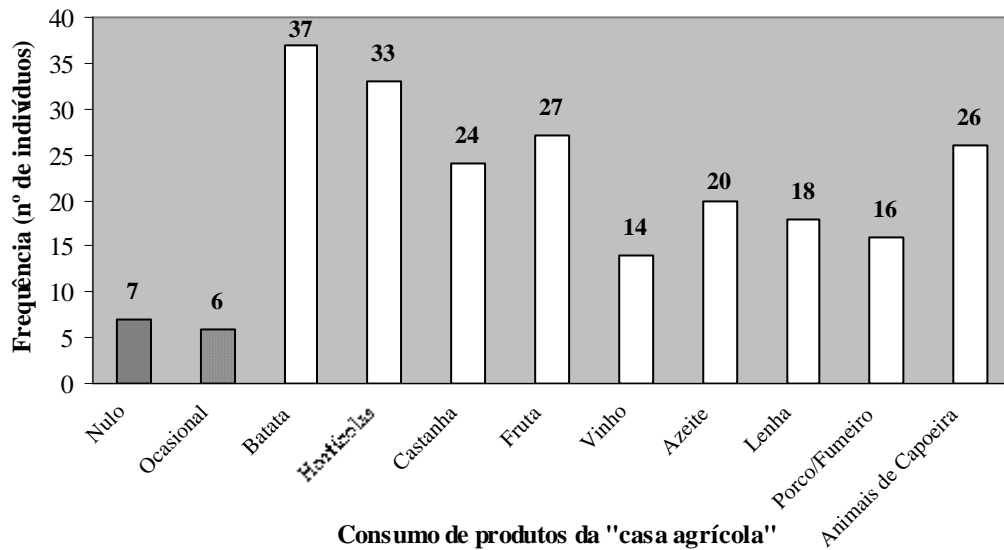


Figura 11 - Consumo de produtos da “casa agrícola”: distribuição de frequências na população inquirida. Nota: Classes não exclusivas.

Em síntese pode dizer-se que os inquiridos têm actualmente relativamente ao espaço rural de origem, uma ligação continuada e assídua (o que pode ser ilustrado pela periodicidade das suas visitas e estadias) e participada, quer pelo trabalho e contribuições pecuniárias, quer ainda pelo consumo dos produtos da terra dali retirados. Alguns destes produtos (nomeadamente hortícolas, animais de capoeira e até batata) indiciam a permanência de familiares em meio rural, dado corresponderem a actividades quotidianamente exigentes em mão-de-obra.

Que perspectivas que têm face ao espaço rural que conhecem?

As questões colocadas sobre este tópico centraram-se na manutenção ou não da Terra, da Casa e da Actividade agrícola, foram respondidas com base no que cada um pensa que virá a acontecer, por sua vontade. No conjunto abarcamos situações muito diferentes uma vez que para alguns (em grande parte os mais novos) essas situações são ainda ou pelo menos parecem, muito longínquas. Para outros, sobretudo para os que já

tem a seu cargo uma gestão directa do património (mesmo que este não tenha ainda sido partido), estas questões têm já uma resposta mais reflectida e de certa forma foram já mesmo colocadas pelos próprios. De qualquer modo a natureza dos resultados apurados permite algumas conclusões interessantes acerca do modo como pensam continuar a relacionar-se com estes espaços.

Na Fig. 12, podemos constatar que os inquiridos tencionam de forma inequívoca manter o património em meio rural quer a terra (em cerca de 90% dos casos), quer a casa (para 98% dos inquiridos).

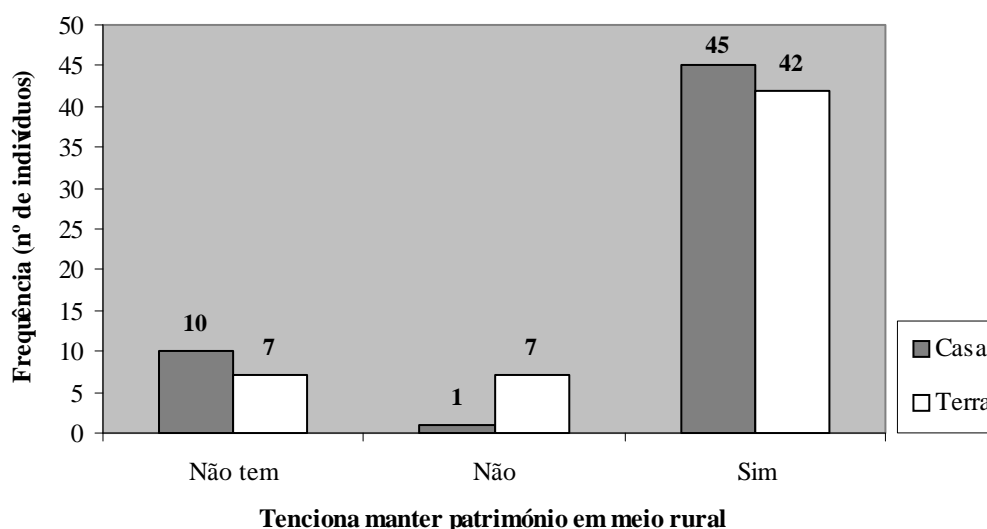


Figura 12 - Perspectivas face ao património em meio rural: distribuição de frequências na população inquirida.

Relativamente à continuidade ou não das actividades agrícolas (Fig.13) 30% tenciona continuar, não tendo mencionado qualquer restrição, e 20% prevê acabar totalmente com esta actividade. Os restantes inquiridos encontram-se em situações intermédias, isto é tencionam seguir com algumas e acabar com outras. Entre as actividades mais escolhidas para terem continuidade estão culturas permanentes

(castanheiros, olival, vinha e floresta), que necessitam de muito menor acompanhamento, e cujos trabalhos agrícolas se concentram em determinados períodos.

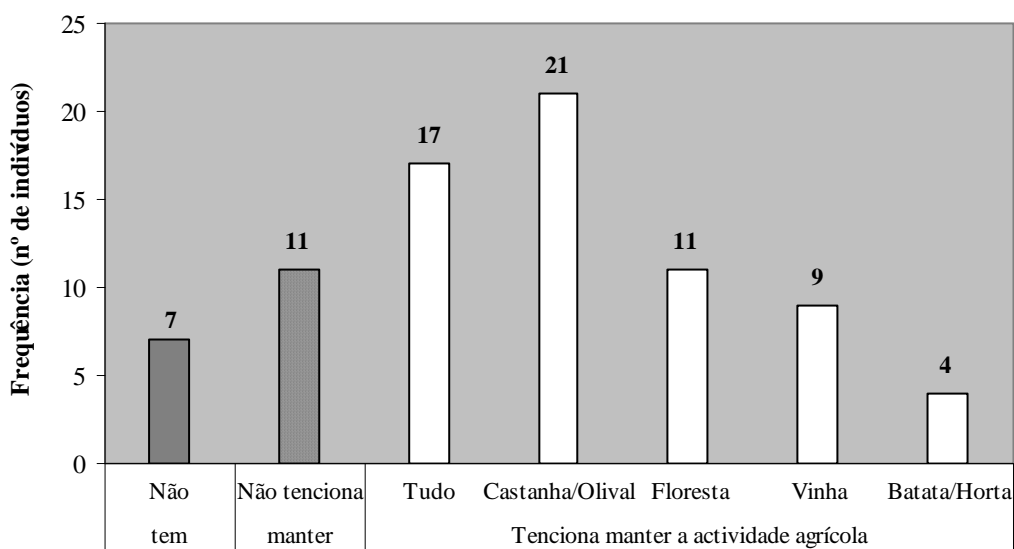


Figura 13 - Perspectivas de continuidade da actividade agrícola: distribuição de frequências na população inquirida. Nota: Classes não exclusivas.

Na sua maioria com um passado ligado a uma agricultura que não podia constituir um projecto de vida, encontrámos um grupo de indivíduos que vivem e trabalham na cidade, mas que mantêm – mercê também da proximidade – uma ligação com o rural e em particular com a agricultura, em que participam sobretudo com trabalho. Esta proximidade à actividade agrícola é também evidente pelo interesse que demonstram no aproveitamento (consumo) das produções obtidas.

São indivíduos que tencionam na sua maior parte conservar o património que aí detêm embora afirmem que a continuidade da actividade agrícola se encontra muito condicionada pela escassez de gente.

Quando questionados acerca de vias de reorientação das suas actividades no espaço rural, as respostas não vão além de hipóteses de emparcelamento por troca/venda

de terras, de florestação de algumas áreas (com apoio de um projecto florestal) e de recuperação de casas.

Que multifuncionalidade para os espaços rurais?

Estes “urbanos ex-rurais” valorizam o espaço rural, conferindo-lhe eles também algumas das virtualidades apontadas pelos residentes nos grandes centros urbanos – ambiente mais calmo com menos barulho e menos poluído e por isso mais saudável; onde as formas de estar promovem o convívio entre as pessoas; onde se pode ainda ter e comer produtos saudáveis ... No entanto, para estes detentores de património em meio rural o futuro destes espaços é difícil de perspectivar, sobretudo dada a contínua saída dos que ainda aí vivem, que não se vê travada pelas intenções e incentivos atribuídos em prol da revitalização das sociedades rurais.

Retomando agora a discussão inicial, gostaríamos ainda de lembrar que o espaço rural, o campo, que procuram os urbanos (não para viver, mas para aí encontrarem espaços de lazer e de reencontro – ainda que longínquo – com as suas raízes) não é um espaço natural, mas um espaço construído e que foi profundamente alterado pelas actividades humanas. A busca de uma harmonia perdida não pode remeter apenas para um passado que já não existe (e que aliás nem sempre foi tão harmonioso), mas ancorar-se, com os que ainda aí vivem no presente.

A revitalização das sociedades rurais, nomeadamente através de um “aproveitamento/utilização” destes espaços como oferta de zonas de lazer aos que nelas procuram uma aproximação à natureza, não pode ignorar a percepção e as aspirações dos que ainda aí ocupam o território, sob pena de num futuro próximo, este incluir apenas áreas totalmente desertificadas.

Bibliografia

- Almeida, J. Ferreira de (org.) (2000) Os portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente, Celta Editora,. Oeiras.
- Baptista, A. M. (1999) Política Agrícola e Desenvolvimento Rural em Trás-os-Montes – dos anos trinta aos anos noventa, UTAD, Vila Real, Tese de Doutoramento.
- Fragata, A. e J. Portela (2000) “Agricultores Idosos de Trás-os-Montes: da exclusão ao reconhecimento”, in *Análise Social*, Número 156, Volume XXXV, Outono de 2000.
- Figueiredo, E. (1999) “Ambiente Rural – A Utopia dos Urbanos?” in Cavaco, C.(coord.) *Desenvolvimento Rural: Desafio ou Utopia*, Coleção Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº 50, Lisboa: CEG – UL, pp.263-279.
- Figueiredo, E. (2000) “Um Parque para viver...Outro para visitar – as visões dos residentes e visitantes sobre o Parque natural de Montesinho” no *IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra: APS, (em publicação).
- Ribeiro, O. (1972) “Localização e destino dos Centros Urbanos de Trás-os-Montes” in *Finisterra Revista Portuguesa de Geografia*, Volume VII, Numero 13, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Rolo, J.C. (1996) “Imagens de meio século da agricultura portuguesa” in Brito, J. Pais de, e Outros (coords.), *O Voo do Arado*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia.
- Santos, J.M.L. (2000) “Benefícios da Conservação da Natureza e da Paisagem – O caso da intervenção pública agro - ambiental no contexto da EU in “*Seminário “Economia ambiental e Sociedade”*”, Santiago de Compostela.